

## EDUCAÇÃO SUPERIOR E SUA EXPANSÃO: AÇÕES E DISTORÇÕES DE DOIS GOVERNOS BRASILEIROS

### Resumo

Apresentamos um breve panorama histórico com reflexões sobre as contribuições dos governos de Fernando Henrique (1995-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), no que se refere a expansão e o acesso a educação superior no país. O percurso metodológico da pesquisa é delineado pela abordagem qualitativa, propondo um estudo de caso. O trabalho apresenta dois modelos de políticas públicas expansionistas, baseadas em perfis distributivos e inclusivos diferenciados, que contribuíram de forma significativa e distinta para expansão e acesso a educação superior brasileira, sendo o governo FHC, a partir do estímulo as IES privadas, enquanto Lula, a partir do fortalecimento e ampliação de vagas nas instituições públicas federais. As políticas e estratégias de ambos governos, foram precursoras de significativas mudanças na educação brasileira e visavam desenvolver os princípios da qualidade e equidade na educação.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Políticas Públicas. Expansão.

### Abstract

We present a brief overview history with reflections on the contributions of the Government of Fernando Henrique (1995-2002) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), with regard to expansion and access to higher education in the country. The methodological path of the research is outlined by the qualitative approach, proposing a case study. The paper presents two models of expansionist policies, based on distributional and inclusive differentiated profiles that have contributed significantly and distinguished for expansion and access to higher education and the Brazilian Government FHC, from the stimulating the private institutions of higher education, while Lula, from the strengthening and expansion of vacancies in federal public institutions. The policies and strategies of both Governments, were precursors of significant changes in Brazilian education and aimed at developing the principles of quality and equity in education.

**Keywords:** Higher Education. Public Policies. Expansion.

### Introdução

Neste artigo, objetivamos apresentar um breve panorama histórico das políticas educacionais que envolvem a universidade brasileira, traçando as influências do neoliberalismo no Brasil, especialmente no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) e no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Além disso, realizamos a caracterização do Programa Expandir, o que possibilita apresentação de dados sobre a expansão da educação superior no Brasil, trazendo a dualidade da expansão da educação superior no âmbito privado e público.

É fundamental iniciar este texto conceituando o entendimento que temos sobre políticas públicas e políticas educacionais, e partindo destes pressupostos apresentar o



modo como se articulam às políticas públicas na educação estimulando os processos de implementação, expansão e democratização nas instituições universitárias públicas.

Para Azevedo (1997), as políticas públicas constituem o “Estado em ação”. Revelam o projeto de sociedade em implantação e não se pode deixar de considerar que as políticas públicas devem ser compreendidas num contexto amplo e complexo, que podem sofrer influências internacionais e nacionais, o que afeta um conjunto de indivíduos e organizações em um determinado espaço e tempo através da ação do Estado.

Ao tratarmos da política educacional, resgatamos as palavras de Höfling (2001) que considera que o Estado deve ter como prioridade programas de ação universalizantes e, assim, possibilitar conquistas sociais a grupos e setores desfavorecidos, com objetivo de reverter o desequilíbrio social existente. A autora (2001) entende importante colocar à disposição os direitos sociais que incluem a educação, já que uma política educacional desempenha importante papel numa sociedade desigual, como a brasileira, na formação do cidadão, diante dos desafios enfrentados no ambiente competitivo de economia globalizada.

A educação, em especial a educação superior, tem lugar estratégico nos processos de transformação social, alocada como meio de impulsão tecnológica e como ferramenta de desenvolvimento social e econômico. Ela pode ser também abordada como política pública estratégica, dentro de uma perspectiva onde, por meio de políticas educacionais efetivas, a sociedade possa minimizar seus aspectos excludentes e restritivos.

Ao discutirmos as políticas educacionais, faz-se necessário melhor compreensão da atual situação das instituições da educação superior, aspectos do funcionamento e significado destes estabelecimentos. E, nessa lógica, é oportuno uma retrospectiva histórica, com base em dois modelos expansionistas do ensino superior, que apresentam perfis distributivos e inclusivos diferenciados, embasados em diferentes perspectivas de acesso à educação superior, os quais consideramos, alinhadas à Lima (2011), um processo de prosseguimento de reformas neoliberais na educação superior no Brasil. Em geral, é possível afirmar que ambos os governos promoveram esforços na busca pela universalização do ensino superior no país, sendo o governo FHC, mais à direita, a partir do estímulo a instituições privadas de ensino superior, enquanto Lula, situa-se mais à esquerda, sobretudo a partir do fortalecimento das instituições públicas federais.

## **Metodologia**

A abordagem adotada neste estudo é qualitativa, por considerá-la particularmente útil na investigação educacional. O tipo de pesquisa é classificada como descritiva, pois, segundo Bodgan e Biklen (1994), a investigação qualitativa sempre será descritiva, pois os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens, e os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base em dados de um mundo real. Com relação à estratégia de pesquisa, caracteriza-se como um estudo de caso, que, nas palavras de Bodgan e Biklen (1994, p.89), “consiste na observação detalhada de um contexto, ou

indivíduo, de uma única fonte de documento ou de acontecimento específico”. Como estratégia de pesquisa, nos propomos uma análise de vários documentos públicos fazendo uso dos princípios da análise documental, além de dados estatísticos e legislações federais que permitam compreender como se deu o desenvolvimento da Educação Superior no Brasil no período de 1995 a 2010.

## **Resultados e discussões**

No quadro das significativas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, se enquadra o movimento de reforma educacional realizado por várias nações. Como consequência destes movimentos, os sistemas de educação superior brasileiros vêm permanentemente passando por modificações em suas políticas de financiamento, avaliação, padrões de qualidade, formação, pesquisa, pós-graduação, prestação de contas e gestão das Instituições de Ensino Superior (IES).

Em 1985, tivemos no Brasil, como marco político, a primeira eleição para a presidência depois do regime militar, fato que trouxe, além da abertura do processo democrático, um novo marco legal, a começar pela Constituição Federal (CF) de 1988. Neste documento, a educação tem espaço reservado a partir do artigo 205 até o artigo 214, ressaltando a importância aferida a esta demanda social, em um período onde os ideais políticos da democracia são enfatizados.

Fator significativo para este estudo, o artigo 209, da Constituição Federal expressa as possibilidades de investimento no ensino privado observando que “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.” (BRASIL, 1988, p. 86). Também percebemos o que o artigo 213 destaca a distribuição de recursos quando enfatiza que “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei (BRASIL, 1988, p. 87). Entendemos serem estas afirmativas que a normatização abre oportunidades para a expansão das instituições privadas. Assim como também abre novas possibilidades de políticas públicas para investimentos na Educação Superior, de forma geral.

Considerando o momento histórico e político, é o setor privado que tem a possibilidade de se ampliar. Podemos nos atrever a afirmar que, através da legislação, os espaços privados para educação constituíram-se preceito constitucional, e a iniciativa privada aproveitou-se desta brecha legal para reforçar a ideia de educação como bem de consumo e não como espaço de emancipação e cidadania, deixando transparecer as influências da economia sobre as políticas educacionais de nosso país.

Diante do contexto, salientamos que a implementação de políticas públicas na educação superior, no decorrer da década de 1990, foi marcada pela implementação de reformas no espaço público para adoção de práticas neoliberais, privilegiando o espaço privado em detrimento do público, para expansão do ensino superior.

Essa ampliação foi realizada através de dois movimentos: a) a expansão das instituições privadas, através da liberalização dos “serviços educacionais”; b) a privatização interna das universidades públicas, através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades pelos cursos pagos e do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas, redirecionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão (LIMA, 2011, p. 87).

Com o advento em 1996 da nova Lei de Diretrizes e Bases, vários aspectos educacionais foram reestruturados. Para Cunha (2007), com a LDBEN de 1996, ficou reconhecida pela primeira vez na legislação brasileira a possibilidade de lucro para instituições privadas, e isso trouxe enormes reflexos, pois essa novidade, especialmente na década de 1990, abriu espaço para o mercado universitário. Em decorrência deste fato podemos observar que houve um crescimento significativo de estabelecimentos privados, em detrimento das Instituições públicas.

Paralelo a este contexto, despontam no Brasil de forma vigorosa as ideias neoliberais decorrentes das políticas públicas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que visavam uma profunda Reforma no Estado. Subsidiada por Chauí (2003), destacamos que as reformas do Estado Brasileiro provocaram mudanças na universidade pública, de forma especial, já que nessa reforma, ao definir os setores que compõem o Estado, a educação, a saúde e a cultura, passam a ser considerados como serviços não exclusivos do Estado. Nessa lógica, a educação deixou de ser um direito e passou a ser considerada um serviço, bem como deixou de ser considerada um bem público, pois passou a ser vista como um serviço privatizado, situação que, sem dúvida, trouxe novas concepções à educação superior.

Em decorrência deste contexto podemos observar que houve um crescimento significativo de estabelecimentos privados, em detrimento das Instituições públicas, durante o governo FHC, situação que retratamos abaixo:

Tabela 1- Evolução do número de instituições por categoria administrativa – 1997 - 2002

ANO	Pública	%	Privada	%	Total	%
1997	211	-	689	-	900	-
1998	209	-0,9	764	10,9	973	8,1
1999	192	-8,1	905	18,9	1.097	12,7
2000	176	-8,3	1.004	10,9	1.180	7,6
2001	183	40	1.208	20,3	1.391	17,9
2002	195	6,6	1.442	19,3	1.637	17,7

Fonte: INEP/MEC 2003, organizado por GENTIL (2015)



Analisando a tabela acima, não só fica evidente o crescimento do setor privado no país. Também podemos observar que houve um decréscimo na quantidade de estabelecimentos públicos de educação no período de 1997 a 2002, apresentando uma grande contradição na educação superior, pois houve uma grande expansão no setor privado, que certamente ocorreu em decorrência das políticas públicas desenvolvidas pelo governo FHC. Assim, ao observarmos os dados do INEP para 2002 (BRASIL, 2003), identificamos que, no conjunto de 1859 instituições de educação, 1652, ou seja, 88,9% são privadas.

A privatização pode ser constatada pelo crescimento, principalmente, das instituições privadas, com essas instituições atingindo, em 2004, uma representatividade de 90% do total das instituições; 65% do total dos cursos e 70% do total das matrículas da educação superior (RISTOFF, 2008).

Salientamos, com base nas palavras de Ristoff (2008), que esse movimento de expansão do sistema superior de ensino, verificado após 1996, não deve ser confundido com democratização, em parte porque não acontece de forma igual em todas as regiões do país, verificando-se prioritariamente nos grandes centros e, por outro lado, por se concretizar pelo viés privado do sistema de ensino, definindo-se assim, somente pelo crescimento expressivo do sistema, com índices de, aproximadamente, 120%, para as instituições e 180% para as matrículas.

Sousa Junior (2011), destaca que os anos de 1995 a 2002, no Brasil, foram de forte restrição para a educação superior pública. A política educacional, orçamentária e financeira desse período deu pouca atenção à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Tal situação resultou em crescente deterioração da infraestrutura e em desvalorização dos recursos humanos das instituições federais de ensino superior.

Em 2003 assume a presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, com discurso de diretrizes programáticas diferente do adotado pelos governos anteriores, considerando a redução das desigualdades sociais como elemento fundamental para o desenvolvimento do país.

Conforme Sobrinho e Brito (2008), Lula defendeu, em sua Proposta de Governo (2002) a ação reguladora do Estado sobre o mercado para o enfrentamento da exclusão social, com vistas a garantir cidadania, de fato, a todos os brasileiros. Desse modo, entendeu como necessárias ações afirmativas para evitar a discriminação contra determinados grupos da sociedade, dentre eles, negros, índios, pessoas com deficiência e outros. Nesse sentido, a democratização deveria acontecer sem deixar a educação transformar-se em mercadoria, sendo que a universidade não deveria esquecer o papel da educação.

A educação superior deve ser emancipadora, valorizar a autonomia, atender às necessidades da vida cotidiana e promover a formação intelectual e moral do ser humano, fornecendo-lhe condições para uma visão abrangente de mundo e

capacidade de gerar novos modos de pensamento (SILVA; BALZAN, 2007, p. 253).

Portanto, temos, a partir deste contexto, o início de um processo de mudança no papel do Estado Brasileiro e conseqüentemente, desdobramentos na Educação, englobando, neste caso, a Educação Superior uma vez que as medidas foram adotadas tanto no âmbito do ensino público quanto das instituições privadas, tendo sempre como referencial, segundo o discurso governamental, o processo de expansão e a qualidade no ensino oferecido.

Buscando promover a democratização de acesso à educação superior, foram pensados e formulados vários programas nesse sentido, entre eles a reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); a criação também a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e foi posta em pauta a discussão das cotas e ações afirmativas. As discussões e os programas foram surgindo dentro de uma política educacional de acesso à educação superior.

A partir daí uma série de ações passaram a ser formuladas no MEC, para o atendimento aos estudantes de baixa renda e para o acesso à universidade. Em abril de 2004, o então Ministro da Educação, Tarso Genro, encaminhou ao Congresso Nacional duas propostas de projeto de Lei: a de Reserva de Vagas que institui reserva de vagas para egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais e dá outras providências; e a de instituição do PROUNI.

O PROUNI, instituído pela Lei Federal Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, teve como objetivo democratizar o acesso da população de baixa renda à educação superior. Para cumpri-lo, o Art. 1º estabelece que o PROUNI é:

[...]destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos"; a Bolsa será destinada a estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escolas públicas ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, estudante portador de deficiência, professor da rede pública de ensino, para cursos de licenciatura, normal superior pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica (BRASIL, 2005, Art.2º.).

Nas palavras de Saviani (2010), o primeiro mandato do governo Lula deu sequência ao que já havia sido iniciado no governo FHC, ou seja, à participação de IES privadas na oferta de vaga. Catani, Hey e Gilioli (2006) salientam que a expansão e democratização realizadas pelo PROUNI foram conduzidas por uma política de baixo custo para o governo, na medida em que atende a população de baixa renda — oriunda de instituições públicas de ensino e que tenha renda máxima de três salários mínimos per capita, bem como pessoas com deficiência e professores da rede pública de ensino nos cursos destinados à formação do magistério da educação básica — e também o setor privado, ao garantir isenção de impostos para a criação de vagas para o programa. O PROUNI,

portanto, ajuda a manter a educação superior nos moldes privados, como ocorreu na década de 1990 e no governo FHC e promoveu a ocupação do alto número de vagas ociosas na educação superior privada.

Tendo como pressuposto as palavras de Medeiros (2012), podemos afirmar, que há uma questão de fundo que tem dimensões econômicas e políticas por trás desse programa, se o analisarmos a partir da ótica governamental: o governo, transferindo recursos às instituições privadas, tem menos gastos porque as estruturas físicas e acadêmicas já existem e estão funcionando. Além de promover, na sociedade, a sedimentação de um relativo consenso de que, enfim, a justiça social está sendo feita a partir da garantia de um direito social, que é o acesso à educação superior, mesmo que seja pela via do setor privado. Assim, por mais verdadeiras que sejam as críticas feitas ao programa, ele está consolidado, ideologicamente, o que torna muito difícil a sua reversão, e a ideia do ensino superior pago vai se naturalizando na sociedade brasileira.

Dentro desse contexto temos que considerar que, ainda na campanha de 2002 do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado o documento “Uma Escola do Tamanho do Brasil”, elaborado por renomados estudiosos<sup>1</sup>. Segundo Ravazoli (2011, p. 33), no referido documento, a educação é tomada como um bem público e social, cabendo ao Estado a responsabilidade sobre sua gratuidade, laicidade e qualidade, e assim, os diferentes níveis da educação passam a ser meta integrante de políticas estratégicas deste governo.

Como consequência das propostas apresentadas pelo documento “Uma Escola do Tamanho do Brasil”, logo no início do governo Lula ações são definidas, e, no âmbito do ensino público federal, o governo propõe a criação do Programa de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior e, na sequência, a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tais iniciativas resultaram na implantação de 14 novas universidades federais e 126 novos *campi* universitários distribuídos no conjunto do território nacional. Diante do fato, é possível concordar com Nascimento (2013), quando afirma que o Programa Expandir foi o primeiro passo do governo Lula para expansão da universidade pública, mas em contrapartida com base nas afirmativas de Sobrinho e Brito (2008), também podemos salientar que devido ao fragoroso atraso histórico na oferta de ensino superior público no Brasil, essa expansão foi insuficiente para enfrentar a expressiva demanda existente.

Pfeifer e Giareta (2009, p.26) afirmam que, por meio deste programa,

---

<sup>1</sup>Colaboradores CAED Comissão de Assuntos Educacionais do PT: Eloi Borges, Hécio de Mattos, I-Juca-Pirama Camargo Gil, Ivanna Sanfana Torres, João Paulo Diehl, Mary Sylvia Falcão, Valter Amaral Grupo de Trabalho de Educação Ciência e Tecnologia do Instituto Cidadania: Newton Lima Neto (Coordenador geral), Antônio Ibanez Ruiz, Carlos Augusto Abicalil, Cristóvam Buarque, Dilvo Ristoff, Francelino Grando, Gaudêncio Frigotto, Hécio Trindade, Jair Borin, João Monlevade, Jorge Lorenzetti, Lúcia Helena Lodi, Lúcia Iwanow, Luiz Pinguelli Rosa, Maria Beatriz Luce, Maria José Feres, Miguel Arroyo, Nelson Amaral, Neroaldo Pontes de Azevedo, Pedro Wilson, Rosiver Pavan, Tomaz Aroldo da Mota Santos, Valdemar Sguissardi.



o Governo Federal investiu R\$ 592 milhões, com o objetivo de expandir e interiorizar o Ensino Superior no Brasil, criando, até 2006, 10 novas instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e 40 novos Campi. Dados registram que em 2003, quando iniciou o Projeto Expandir, havia 109.184 vagas nas universidades federais brasileiras, e ao final do Projeto, em 2006, registrou 132.203 vagas.

Ou seja, para o Programa Expandir – Fase I, estavam previstos a criação de dez novas universidades (algumas começadas a partir do zero e outras que foram transformadas de faculdades especializadas em universidades), e cerca de 43 novos campi, em 68 municípios espalhados pelo interior do país.

Tendo como base todo este investimento, destacamos que o Expandir foi lançado pelo MEC em 2005 com o slogan: “Universidade, expandir até ficar do tamanho do Brasil”, revelando a preocupação do governo federal em fortalecer o ensino superior no âmbito público, diante do crescimento, a partir de 1990, do setor privado no Brasil. O referido Programa tinha a prerrogativa de levar o ensino superior para regiões de difícil acesso no interior do país (FARIA, 2006).

É importante ressaltar que, durante o processo de implementação do Programa Expandir - Fase I, não houve uma legislação como em outros programas do governo federal. Foram enviados projetos para o MEC e, mediante aprovação dos referidos projetos, ocorreu à liberação de recursos para as novas universidades e criação de novos campi.

Entre as proposições iniciais e a execução do programa alguns dados podem divergir, pois efetivamente, após as análises de todas as propostas enviadas na primeira etapa desse programa, foram criados ou consolidados 36 campi em 19 Estados do Brasil. As universidades enviaram propostas para construir campus em regiões de difícil acesso para que pudessem ampliar a oferta de vagas nas universidades públicas em locais afastados dos grandes centros.

Nascimento (2013), bem como Michelotto, Coelho, Zainko (2006), destacaram que o Programa Expandir adotou três formas para atingir a expansão com interiorização: criação de novas universidades, transformação de faculdades federais em universidades e a construção e consolidação de novos campi. Ainda dentro desta mesma temática, o diretor do Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior do MEC, Manuel Palácios, em reportagem publicada no Portal do MEC<sup>2</sup>, destaca que o Programa Expandir contribui para a redução das desigualdades regionais, do desemprego e para democratização do ensino superior, impulsionando o desenvolvimento do país.

Conforme o publicado na Revista Expandir (BRASIL/MEC, 2005), a ampliação do ensino superior foi uma das principais metas no Ministério da Educação, e, através do Programa Expandir, foram sendo melhoradas as condições das IFES já existentes, havendo expectativa de estender o manto de influências das universidades federais a todo o país. O documento também destaca o papel estratégico das universidades federais

---

<sup>2</sup>[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6729&catid=212:educacao-superior](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6729&catid=212:educacao-superior)





para o desenvolvimento econômico e social, e expansão da educação superior, respeitando as necessidades e vocações de cada região.

Através do Programa foram criadas quatro novas universidades nas seguintes localidades: a Universidade Federal do ABC, em Santo André (UFABC), São Paulo; a Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul; a Universidade do Recôncavo Baiano, em Cruz das Almas, na Bahia; a Universidade Federal da Região dos Pampas, em Bagé<sup>3</sup>, no Rio Grande do Sul.

Um total de seis faculdades federais foram transformadas em universidades: A escola Superior de Agricultura de Mossoró, no Rio Grande do Norte, se transformou na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); no lugar da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro surgiu a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet/MEC) passou a ser a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR), em Curitiba, no Paraná; as Faculdades Federais Integradas de Diamantina foram substituídas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em Diamantina, Minas Gerais; em Uberaba, Minas Gerais a antiga Escola de Farmácia e Odontologia foi substituída pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas; e, por último, a Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre tornou-se a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (BRASIL/MEC,2005).

Ainda, de acordo com o MEC, houve investimentos na consolidação de Universidades, como: a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVAST) com duas sedes, uma em Petrolina, em Pernambuco, outra em Juazeiro, na Bahia; a Universidade Federal de Tocantins (UFT), criada em 2002, e efetivando suas atividades em 2003.

Outra linha de atuação adotada no EXPANDIR, de acordo com o publicado na Revista Expandir (2005), foi o projeto de ampliação e consolidação de campi universitários no interior do Brasil, ampliando o acesso à educação superior para imensa parcela de estudantes. Essa ação foi dividida em duas fases. Na primeira fase, 14 novos campi foram criados e,

[...] na segunda fase do plano de expansão estão sendo criados ou consolidados os seguintes Campi: em Manaus (AM), Chapadinha (MA), Arapiraca (AL), Bom Jesus do Gurguéia (PI), Itabaina (SE), Barreiras (BA), Crato (CE), Curimataú (RN), Diadema (SP), Teófilo Crato (CE), Curimataú (RN), Diadema (SP), Teófilo Otoni (MG), Alegre (ES) e Frederico Westphalen (RS). Serão consolidados os campi de Coari (AM), de Benjamin Constant (AM), de Imperatriz (MA), de Serra Talhada (PE), de Picos (PI), de Parnaíba (PI), de Catalão (GO), de Jataí (GO), de Rondonópolis (MT), de Sinop (MT) e de São Mateus (ES).

---

<sup>3</sup>Nominada no documento também como Consórcio Metade Sul, e atualmente designada Universidade Federal do Pampa.

Ao analisar os dados relativos à expansão da educação superior o Brasil, constata-se que em 2001 (ano de promulgação do Plano Nacional de Educação), a 2006 (ano proposto para finalização das ações do Expandir), o número de universidades federais, conforme Nascimento (2013), passou de 40 para 53 unidades. Para Nomeriano (2012), esta expansão momentânea teve um custo alto para os estudantes, pois muitas destas universidades se estabeleceram inicialmente em prédios improvisados (alugados e emprestados), muitas vezes sem laboratórios ou sem equipamentos ou até mesmo sem espaço físico para todos os alunos.

Para Nascimento (2013) algumas ações do Expandir estenderam-se até 2010, deste modo atos deste Programa foram realizados concomitante à ações do REUNI, situação também pontuada por Nomeriano (2012), quando ressalta que o interesse político prenominou na expansão das IES públicas e muitas Instituições tiveram sua implantação e expansão prejudicadas pela falta de planejamento ou tiveram sua inauguração aligeirada nas vésperas das eleições de 2010.

Diante deste panorama geral da educação superior brasileira, podemos perceber que o período de 1995 a 2006, foi marcado por políticas governamentais e marcos legais; expansão de matrículas em instituições de ensino superior privadas e públicas; diversificação e novos modelos institucionais; mercantilização e privatização internas; políticas públicas que buscam equidade, por meio da ampliação do acesso e da permanência de jovens que tradicionalmente foram marginalizados do ensino universitário. É importante ressaltar que, conforme já mencionava Ristoff (2008, p. 42): “A expansão, que não pode ser confundida com democratização, define-se pelo crescimento expressivo do sistema”.

Neste período, demarcado entre duas concepções políticas, os investimentos na educação foram intencionais, mas não obtiveram uma expansão significativa da educação pública, pois no governo FHC fica mais evidente os investimentos na iniciativa privada, mas eles não deixaram de ser promissores durante o governo Lula. Assim, podemos concluir que, mesmo havendo investimentos significativos na educação superior pública no governo Lula, estes investimentos não trouxeram o retorno propagado pelas políticas implantadas. Podemos evidenciar o crescimento do número de universidades públicas na tabela a seguir:

Tabela 2 - Instituições de educação superior, públicas e privadas, segundo organização acadêmica – Brasil 2007

Organização Acadêmica		IES	%
Universidade	Pública	96	52,5
	Privada	87	47,5
Centro Universitário	Pública	4	3,3
	Privada	116	96,7

Faculdade	Pública	149	7,5
	Privada	1.829	92,5
Total		2.281	

Fonte : Censo 2007 / INEP, organizado por GENTIL (2015)

Especificamente a partir da gestão Lula em 2003, mesmo mantendo traços de continuidade com relação ao governo anterior, iniciou-se uma nova fase na política voltada para a educação superior no país, marcada por um maior protagonismo do Estado na indução de políticas públicas

### Conclusões

No que se refere a discussão sobre a expansão do ensino superior brasileiro, os dados disponibilizados levam a crer que a expansão do acesso ao ensino superior, pelo viés privado, necessita ser controlado, pois, longe de resolver a distribuição desigual dos bens educacionais, tende aprofundar as condições históricas de discriminação do direito à educação superior àqueles pertencentes aos setores populares. Destacamos que o período de expansão e retomada do ensino superior público brasileiro no Governo Lula se apresenta como expressivo no comparativo, com o não investimento no octênio de FHC, mas, ainda, insuficiente para atender a todos que poderiam e manifestam interesse de estar neste nível de ensino. Em geral, é possível afirmar que ambos os governos promoveram esforços na busca pela ampliação do ensino superior no país, sendo o governo FHC, mais à direita, a partir do estímulo a instituições privadas de ensino superior, enquanto Lula, à esquerda, sobretudo a partir do fortalecimento das instituições públicas federais.

### Referenciais

- AZEVEDO, Janete de Lins. (1997). *A Educação como Política Pública. Polêmicas do nosso tempo*. Campinas: Autores Associados
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União. Brasília (DF)*, 23 dez.1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 10 de abril de 2015.
- BRASIL. *UMA ESCOLA do tamanho do Brasil*. Brasília, DF: Comitê Lula Presidente, [2002] Disponível em: <http://www.construindoumnovobrasil.com.br/images/downloads/umaescoladotamanhodobrasil.pdf> . Acesso em: 10 junho 2015
- BOGDAN, R., BIKLEN, S.(1994) *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. *PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?* Educar, Editora UFPR, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006



- CHAUÍ, Marilena. *A universidade pública sob a nova perspectiva*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26, 2003, Poços de Caldas. Anais... Conferência na Sessão de Abertura. Poços de Caldas: Anped, 2003.
- CUNHA, Luiz Antônio. Educ. O desenvolvimento meandroso da educação Brasileira entre o estado e o mercado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007
- DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em Educação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, p. 380- 393, maio/ago. 2010.
- FARIA, Susan. *Aumentam para 48 os projetos de expansão universitária*. 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6729&catid=212:educacao-superior](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6729&catid=212:educacao-superior). Acesso em: 30 de abril de 2015.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos (2001). *Estado e políticas (públicas) sociais*. Cadernos Cedes, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil) *Censo da educação superior: 2010 – Resumo Técnico*. – Brasília: INEP, 2012. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2010.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf). Acesso em: 10 abril de 2015.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. *O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século*. R. Katál, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 86-94, jan./jun. 2011
- MEDEIROS, Luciane das Graças. *O REUNI – Uma nova regulação da política de expansão da educação superior : o caso da UFPA*. 2012. Tese de Doutorado
- MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006.
- NASCIMENTO, Francivaldo dos Santos. *Expansão e interiorização das Universidades Federais: uma análise do Processo de Implantação do Campus do Litoral Norte da UFPA. Dissertação de Mestrado*. Universidade Estadual da Paraíba. 2013.
- OLIVEIRA, Luiz de. *Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. 2ª ed. São Paulo. Pioneira, 1999
- NOMERIANO, Aline Soares. *Expansão do Ensino Superior no Governo Lula da Silva: PROUNI, e Interiorização das IFES*. In: *VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"*, 2012, São Cristóvão- SE/Brasil. Disponível [http://educonse.com.br/2012/eixo\\_13/PDF/11.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_13/PDF/11.pdf): Acesso em 10 de abril de 2015
- PFEIFER, Mariana; GIARETA, P. F. *Expansão da Educação Superior no Brasil: panorama e perspectiva para a formação de professores*. In: IX Congresso Nacional de Educação - Educere e no III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia - ESBPp, 2009, Curitiba. Anais do Congresso Nacional de Educação. Curitiba: Champagnat, 2009
- PROUNI. *Portal Prouni*. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br>>. Acesso 30 de abril de 2015.
- RAVAZOLI, Márcia Luiza Rossi. *A expansão na Universidade Federal do Paraná e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, antes e depois da implantação do REUNI (programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2011



RISTOFF, Dilvo. *Educação Superior no Brasil 10 anos pós LDB: da expansão à democratização*. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. (org). *Educação Superior no Brasil 10 anos pós LDB*. Brasília - DF: INEP, 2008, p. 39-50

SILVA, Marco Wandercil da; BALZAN, Newton César. *Universidade Corporativa (Pré-) tendência do Ensino Superior ou ameaça*. *Avaliação*, Campinas. 2007, v.12, n.2, p. 233-256

SOBRINHO, J. Dias; BRITO, M. R. F. *La educación superior em Brasil: principales tendencias y desafios*. *Avaliação*. Sorocaba, v. 13, n. 2, p. 487-507, jul. 2008.

SOUSA JUNIOR, L. *A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização do ensino superior*. In: XXV Simpósio brasileiro e II Congresso Iberoamericano de política e administração da educação, 2011, São Paulo. *Políticas públicas e gestão da educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Anais.Anpae, 2011. p. 1-10